

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milenio nos municípios do RS.

Hélios Puig Gonzalez, Ricardo Rossi da Silva Couto y Salvatore Santagada.

Cita:

Hélios Puig Gonzalez, Ricardo Rossi da Silva Couto y Salvatore Santagada (2009). *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milenio nos municípios do RS. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/578>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos municípios do RS¹

Hélio Puig Gonzalez

*Técnico da Fundação de Economia e Estatística,
Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul, Brasil.
Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS
Bacharel em Economia
puig@fee.tche.br.*

Ricardo Rossi da Silva Couto

*Técnico da Fundação de Economia e Estatística,
Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul, Brasil
Especialista em Economia pela PUCRS
Engenheiro Mecânico e Economista
couto@fee.tche.br.*

Salvatore Santagada

*Técnico da Fundação de Economia e Estatística,
Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul, Brasil
Mestre em Sociologia pela UFRGS
Sociólogo
salvatore@fee.tche.br*

1. Introdução.

Em setembro de 2000, a Organização das Nações Unidas, ao analisar os problemas mundiais, estabeleceu os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)**, conhecidos também como os “oito jeitos de mudar o mundo”. A Declaração do Milênio reflete as

¹ Esta pesquisa está publicada na íntegra, com textos, metodologia, mapas, quadros, tabelas e referências em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_odm.php

preocupações de 147 chefes de Estado e de governo de 191 países e determina o compromisso compartilhado com a sustentabilidade do Planeta. Os **ODMs** perfazem um conjunto de oito objetivos, divididos em 18 metas e em 48 indicadores a serem atingidos, pelos países signatários, até o ano de 2015, através de ações dos governos e da sociedade.

Com o intuito de avaliar em que medida as metas dos **ODMs** vêm sendo efetivadas nos municípios do Rio Grande do Sul, a equipe do Núcleo de Indicadores Sociais do Centro de Informações Estatísticas da FEE, por solicitação do Fórum Permanente de Responsabilidade Social do Rio Grande do Sul - Fórum RS, realizou um diagnóstico, compatibilizando objetivos, metas e indicadores com as bases estatísticas municipais disponíveis. Nesse sentido, foram escolhidos sete objetivos², nove metas³ e 18 indicadores, adaptados à fonte de dados disponível e à escala dos 496 municípios gaúchos, conforme Quadro 1.

Para o diagnóstico desses objetivos e dessas metas, foram criados critérios de avaliação – **categorizações** – para cada um dos 18 indicadores selecionados, levando-se em consideração o comportamento do indicador atingido até o último ano estatístico disponível para a base municipal. São eles:

2. **Alcançado** - considera-se que, nesse indicador já se alcançou a meta. O fato de se afirmar que a meta estipulada já foi atingida não significa que ela venha a se manter assim até 2015;
3. **A caminho** - considera-se que, nesse indicador, se alcançará a meta até 2015, se mantiver o ritmo de melhora em curso;
4. **A caminho/Avanço lento** - em alguns municípios, não foi possível identificar a categorização. Nesse indicador, há melhoras, mas não é identificado o ritmo de mudança;

² O oitavo ODM, que visa estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, tem como uma de suas metas, em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações. O indicador dessa meta e esse objetivo foram excluídos porque ela possui apenas um indicador passível de ser considerado no plano municipal: linhas telefônicas e assinaturas de celulares por 100 habitantes (mas os dados disponíveis não oferecem uma abertura separando as ligações residenciais das comerciais). O segundo ODM, que visa atingir o ensino básico universal, refere-se, neste trabalho, somente ao ensino fundamental; o sexto ODM, originalmente visa combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, mas, dada a dificuldade de quantificação da malária por sua baixa incidência no RS, neste trabalho ela fica excluída da análise aparecendo com destaque a tuberculose.

³ Em relação à tuberculose, o compromisso foi ajustado ao Plano Mundial para Deter a Tuberculose da Organização Mundial da Saúde (OMS), que estabelece a meta de reduzir pela metade o número de casos e de mortes entre 1990 e 2015.

5. **Avanço lento** - há melhora no indicador, mas, mantido o ritmo, a meta não será atingida até 2015;
6. **Nenhuma mudança ou mudança negativa** - nessa categoria, o indicador ou não apresenta nenhuma mudança, ou apresenta mudança negativa até o último ano estatístico disponível.

2. Síntese dos resultados.

2.1. Objetivo: Erradicar a extrema pobreza e a fome.

Nas metas relacionadas ao primeiro objetivo, de erradicar a extrema pobreza e a fome, usando como referência, no ano 2000, a população economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade, os resultados do RS mostram que 50,9% das pessoas ocupadas percebiam até um salário mínimo por classe de rendimento nominal mensal. Para os ODMs, o indicador utilizado foi o da renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Neste, o RS está categorizado como A caminho. Os resultados do RS apontam uma queda na proporção de indivíduos nessa situação, entretanto, mesmo isso sendo positivo, não foi suficiente para causar uma queda na taxa de crianças com baixo peso ao nascer, pois houve um acréscimo na mesma. A categorização do RS no indicador da taxa de crianças com baixo peso, vinculada à meta de redução da fome, indica Nenhuma mudança ou mudança negativa.

Na dimensão municipal, 84,4% dos municípios gaúchos vem reduzindo o número de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Esses municípios, que abrangem a soma das categorias Alcançado e A Caminho, correspondem a 52,6% da população total do RS. Mas a situação é de Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa em 15,7% do total de municípios, o que corresponde a 47,4% da população do Estado, que representam muitos dos municípios mais populosos (tabela e mapa 1).

Quanto à meta de reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome, no indicador taxa de crianças com baixo peso ao nascer, a soma das categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa abrange 75,8% do total dos municípios, o correspondente a 95,2% da população do Estado, sendo que tais municípios apresentam 98,4% dos casos (tabela e mapa 2).

2.2. Objetivo: Atingir o ensino fundamental universal.

Dentro do segundo objetivo, de atingir o ensino fundamental universal, os indicadores percentuais de não-escolarizados na faixa etária de sete a 14 anos (tabela e mapa 3) e o de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos (tabela e mapa 4), mostram que o RS se encontra na categorização A caminho.

No plano municipal, 97,4% dos municípios do RS, o correspondente a 96,86% do total da população, categorizam-se como A caminho na redução do percentual de não-escolarizados na faixa etária de sete a 14 anos, enquanto 79,4% dos municípios do Estado, o equivalente a 94,35% do total da população do RS, mostram redução no percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos, sendo também categorizados como A caminho.

2.3. Objetivo: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

No terceiro objetivo, voltado à promoção da igualdade entre os sexos e à autonomia das mulheres, o RS possui, na categorização Alcançado, duas metas realizadas: eliminar a disparidade entre mulheres e homens no ensino fundamental e entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos (tabela e mapa 8). A meta da igualdade entre mulheres e homens no ensino médio encontra-se A caminho; no âmbito do ensino superior, a razão entre mulheres e homens encontra-se na categorização Nenhuma mudança ou mudança negativa. Ainda, quanto a meta de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, os indicadores proporção de mulheres no total de assalariados e mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores estão categorizados como Avanço lento (tabela e mapa 13).

No âmbito municipal, a meta de eliminar a disparidade entre homens e mulheres no ensino fundamental atinge a categorização Alcançado em 55,2% dos municípios gaúchos, ou seja, 83,5% do total da população do RS. O percentual de municípios quanto à equiparação entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos está nas categorias Alcançado e A caminho e abrange 76,9% dos municípios, o que corresponde a 94,8% do total da população estadual (tabela e mapa 5).

Na busca da promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia da mulher, considerando-se a razão entre mulheres e homens no ensino médio, a soma das categorias

Alcançado e A caminho alcança 54,8% dos municípios do Estado. Esse percentual abrange, por sua vez, 48,3% da população total do Estado. Porém, na soma das categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa, estão incorporados 44,8% do total dos municípios, relativos a 51,7% da população total do Estado (tabela e mapa 6).

A busca de igualdade de gênero no ensino superior mostra que a soma das categorias Nenhuma mudança ou mudança negativa e Avanço lento atinge 59,9% do número total dos municípios, pois a razão entre mulheres e homens é mais favorável às primeiras. Esse conjunto de municípios abrange 73,8% da população total do Estado (tabela e mapa 7).

A soma das categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa mostra a dificuldade da maioria dos municípios alcançarem a meta de eliminar as disparidades entre os gêneros no que respeita aos salários. Essa soma abrange 62,3% do total dos municípios, o correspondente a 58,2% da população do Estado. Para promover a igualdade, esses municípios precisariam aumentar em 27,6% a oferta de novos empregos (tabela e mapa 9). Cabe ressaltar que, das mulheres assalariadas, 41,9% têm até o ensino médio incompleto (tabela 11). A escolarização revela uma posição melhor, na formação de nível superior, para 3,1% dos trabalhadores do sexo feminino, mas metade destes não alcança o piso salarial de seis salários mínimos das categorias profissionais de trabalho de nível superior, o que revela a necessidade da melhoria do nível dos salários para as mulheres trabalhadoras (tabelas 10 e 12).

A maioria dos municípios, 57,4% do total, o equivalente a 66,3% da população do Estado, possui baixa participação feminina nas câmaras municipais, podendo ser categorizadas como Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa, o que evidencia uma tendência a não atingirem a meta estipulada de equilíbrio na representação política, em que pese o acréscimo de vereadoras no período considerado (tabela e mapa 13).

2.4.Objetivo: Reduzir a mortalidade infantil.

Quanto ao quarto objetivo, de redução das taxas de mortalidade infantil e a de menores de cinco anos, o Estado encontra-se na categoria Avanço lento.

No caso de mortalidade de menores de cinco anos, a soma das categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa abrange 52,3% do total dos municípios, com 83,5% dos casos. Esses municípios correspondem a 73,1% da população total do Estado (tabela e mapa 14).

No caso da mortalidade infantil de menores de um ano, há um leve acréscimo no número de municípios — 50,6% do total do Estado, compondo 23,1% da população total — que estão nas categorias Alcançado e A Caminho. Todavia 49,4% deles encontram-se nas categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa. Esses municípios participam com 87,6% dos casos de mortalidade de menores de um ano e abrangem 76,9% do total da população do Estado (tabela e mapa 15).

2.5. Objetivo: Melhorar a saúde materna.

Quanto ao quinto objetivo, de melhorar a saúde materna, o RS alcança a categoria Nenhuma mudança ou mudança negativa. Somente 13,1% do total dos municípios somam a categoria Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa, porém concentram 99,0% do número de casos de mortalidade materna; esses municípios correspondem a 61,0% da população do Estado (tabela e mapa 16).

2.6. Objetivo: Combater o HIV/AIDS, a tuberculose e outras doenças.

Quanto ao sexto objetivo, de combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, o RS alcança a categoria Nenhuma mudança ou mudança negativa. Em relação à reversão da propagação de doenças importantes, como a tuberculose, a categorização do RS é Avanço lento. Do total dos municípios gaúchos, apenas 10,1% são responsáveis por 98,1% da incidência por HIV/AIDS em mulheres de 15 a 24 anos, abrangendo, por outro lado, 56,4% da população total do Estado (tabela e mapa 17). Em relação à incidência de AIDS por municípios, 34,3% dos municípios obtiveram a categorização Nenhuma mudança ou mudança negativa, além de concentrarem 99,6% dos casos, o que afeta 82,8% da população do RS (tabela e mapa 18).

No combate à tuberculose, 85,7% do total dos municípios atingiram a categoria Alcançado e A caminho e apresentam 34,6% de todos os casos da doença. Esses municípios abrangem 62,5% da população total do Estado. Os que obtiveram as categorizações Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa correspondem a 14,3% dos municípios do Estado. Esses municípios, que abrangem 37,5% da população total do Estado, concentram 65,4% dos casos de tuberculose (tabela e mapa 19).

2.7. Objetivo: Garantir a sustentabilidade ambiental.

No que diz respeito ao sétimo objetivo, de garantir a sustentabilidade ambiental, com a meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso a uma fonte segura de água ligada à

rede geral e sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial, o RS alcança as categorias A caminho e Avanço lento respectivamente.

Na situação de vir a atingir ou manter a meta já alcançada de redução da população sem acesso a uma fonte segura de água ligada à rede geral, encontram-se 51,6% do total dos municípios, percentual que é a soma das categorias Alcançado e A Caminho. Esse percentual corresponde a 53,3% da população total do Estado. Os demais municípios estão classificados na categoria Avanço lento (tabela e mapa 20).

Em relação ao limite da meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial, 89,5% do total dos municípios estão classificados como Avanço Lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa. Ficam, assim, excluídos 69,6% da população total do Estado, comprometendo-se a possibilidade de se alcançar o patamar estipulado, mantido o ritmo das políticas públicas passadas (tabela e mapa 21).

3. Conclusão.

A construção de um Perfil Municipal, com base no diagnóstico dos ODMs da ONU, permite aos gestores públicos e a sociedade usar seus resultados para orientar e identificar prioridades, para formular planos de ação e fixar alvos para uma política pública.

Os ODMs podem ser acompanhados por todos os cidadãos e cidadãs, em cada cidade, região e país, e seus avanços podem ser comparados e avaliados em escalas local, nacional, regional e internacional.

A metodologia desta pesquisa possibilita visualizar os progressos municipais realizados nas distintas regiões do Rio Grande do Sul na realização de cada um dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O trabalho permite focar-se individualmente a situação de cada município por indicador, população, Mesoregião IBGE, Associação da FAMURS, COREDE e obter quadros com seus respectivos indicadores chaves.

Os indicadores dos ODMs apontam que o RS apresenta a classificação Alcançado e A caminho em sete metas, e, caso se mantenha o desempenho até o momento efetivado, certamente se chegará ao resultado proposto para o ano de 2015. Outras 11 metas estão categorizadas como Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa. São os casos da saúde (mortalidade materna, mortalidade infantil, HIV/AIDS e tuberculose), subnutrição (crianças com baixo peso ao

nascer) e desigualdade de gênero (entre assalariados e a participação das mulheres). Se persistirem esses desempenhos, não se atingirão os resultados almejados para 2015.

Apesar disso, o estudo mostra que se revertida à tendência atual, ainda é possível, se houverem pesados investimentos, se chegar em 2015 com todos os municípios atingindo todas as metas. Este, aliás, poderia ser o objetivo dos gestores públicos.

Anexo:

Quadro 1
Objetivos, metas e indicadores de desenvolvimento do milênio - 1990-15

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
Erradicar a extrema pobreza e a fome.	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$1,00 PPC/dia.	Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares <i>per capita</i> inferiores a meio salário mínimo.
	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.	Taxa de crianças com baixo peso ao nascer (por 100).
Atingir o ensino fundamental universal	Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino fundamental.	Percentual de não-escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos.
		Percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.	Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível, até 2005, e, em todos os níveis de ensino, no mais tardar, até 2015.	Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental.
		Razão entre mulheres e homens no ensino médio.
		Razão entre mulheres e homens no ensino superior.
		Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.
		Proporção de mulheres no total de assalariados.
		Proporção de mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores.
Reduzir a mortalidade infantil.	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos.	Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (por 1.000).
		Taxa de mortalidade infantil (por 1.000).

(continua)

Quadro 1

Objetivos metas e indicadores de desenvolvimento do milênio 1990-15

(continuação)

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
Melhorar a saúde materna.	Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	Taxa de mortalidade materna (por 100.000).
Combater o a e HIV/AIDS, tuberculose e outras doenças.	Até 2015, deter e começar a reverter a propagação da AIDS.	Taxa de incidência de HIV/AIDS entre as mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos (por 100.000).
		Taxa de incidência da AIDS por município (por 100.000).
	Reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015.	Taxa de mortalidade ligada à tuberculose (por 100.000).
Garantir a sustentabilidade ambiental	Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura.	Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral.
		Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.

Referências

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Acesso em: Estatísticas da Saúde; Mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul.
- BRASIL. Lei do Parcelamento do Solo Urbano de nº. 6766 de 19/12/1979. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6766.htm>. Acesso em: 04 mar.2006
- BRASIL. Lei n. 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6766.htm>. Acesso em: 04 mar.2006
- BRASIL. Portaria nº. 518, de 25 de março de 2004 do Ministério da Saúde. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2006.
- BRASIL. Resolução nº. 357, de 17 de março de 2005 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2006.
- CORSAN: Disponível em:< www.corsan.com.br/Sistemas/Sistemas.htm>.
- DATASUS, 1991, 1995, 2000 e 2004. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>. Acesso em 30 jun. 2006.
- ESTATÍSTICAS DA SAÚDE: mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Acesso em: 03 mar. 2006.
- ESTATÍSTICAS DA SAÚDE: mortalidade 1995. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Acesso em: 03 mar. 2006.
- ESTATÍSTICAS DA SAÚDE. Mortalidade 2000. Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Saúde, 2000. Disponível em:<www.saude.rs.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2006.
- ESTATÍSTICAS DA SAÚDE. Mortalidade 2005. Rio Grande do Sul Secretaria de Estado da Saúde, 2005. Disponível em:<www.saude.rs.gov.br> Acesso em: 03 mar. 2006.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Estimativas de população para 1995 e 2005. FEE/NIS. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_02.php>. Acesso: 03 mar. 2006.

- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Data de criação do município. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php>. Acesso: 03 mar. 2006.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Núcleo de Indicadores Sociais. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio nos municípios do RS**. Porto Alegre, Fórum RS; FEE, 2007. CD-ROM: il., mapa.
- IBGE. **Censo Demográfico** 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- IBGE. **Censo Demográfico** 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- IBGE. **Censo Demográfico** 1991: microdados da amostra Rio Grande do Sul; questionário da amostra. Rio de Janeiro, 2006. 1 CD-ROM.
- CONTAGEM da população 1996: sistema de informações municipais (1997). Rio de Janeiro: 4IBGE. 2v.CD-Rom.
- IBGE-SIDRA (2000). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1973>>. Acesso em: 4 mar. 2006.
- IBGE-SIDRA (2000). Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1553>>. Acesso em: 4 mar. 2006.
- LEGISLAÇÃO do salário mínimo: Disponível em: <www.diese.org.br/esp/salmin_2.xml>. Acesso em: 04 mar.2006.
- PNUD. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php>>. Acesso em: 03 mar. 2006
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (1991; 1995; 2000; 2004). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno)
- RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (1992; 1996; 2000; 2004). Porto Alegre.